

ECONOMIA BRASILEIRA Choro da falta de verbas une todos ministros

A. C. SCARTEZINI
Repórter Especial

As exposições feitas pelos ministros ao presidente Sarney, durante toda a reunião de 12 horas da quarta-feira, coincidiram num ponto: mais coisas todos eles poderiam realizar se houvesse dinheiro nos cofres de seus ministérios. "O Ministério da Justiça é um dos mais pobres", advertiu Paulo Brossard, exatamente o primeiro a expor o relatório de seu ministério e a tocar no ponto-chave.

Impassível, o ministro da Fazenda Dílson Funaro ouviu as lamentações por dinheiro sem nada responder. Também nenhum ministro cobrou nada de Funaro. Todos deram a entender que a falta de dinheiro é uma questão conjuntural que não depende da boa vontade do ministro da Fazenda, que se sentiu liberado, inclusive, para atender a alguns telefonemas urgentes.

Entre todos, Funaro foi quem mais usou o telefone. Outros levantaram-se apenas para ir ao banheiro, comum a todos eles ao lado da sala de reuniões ministeriais no Planalto. O movimento no banheiro intensificou-se a partir do almoço, ao qual seguiram-se, no correr da reunião, rodadas de sucos de laranja.

O almoço que interrompeu a reunião deixou nela uma marca profunda: depois dele, tudo foi mais informal. A começar pelo tom informal com que Sarney convidou os ministros à pausa. Um quebra nos formalismos que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, aproveitou para ensinar aos colegas civis uma das regras dos quartéis:

- Duas coisas nós nunca deixamos para depois: comer e dormir. Não deixamos para depois porque não sabemos se depois vamos poder comer e dormir.

Na volta do almoço, passou-se a notar a presença mais à vontade dos fumantes embora alguns deles se constrangessem com a presença dos colegas e não fumassem, como os ministros dos Transportes e da Aeronáutica, José Reinaldo Tavares e brigadeiro Octavio Moreira Lima, dois amigos constantes do cigarro.

A vontade, estiveram os ministros do Interior e da Marinha, Ronaldo Costa Couto e almirante Henrique Sabóia, que não pouparam cigarros à mesa de reunião. Na companhia deles, embarcou Saulo Ramos, consultor Geral da República. Mas o destaque foi mesmo o almirante Sabóia, que colocou dois maços de cigarros diferentes sobre a mesa e se serviu de ambos, intercalando um e outro.

Nas exposições individuais, ninguém vacilou. Todos os ministros falaram como se conhecessem profundamente os problemas de seu ministério. Houve até o caso do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, que aproveitou a exposição do seu colega de Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, para dar-lhe apertes de apoio à extinção do Banco Nacional da Habitação.

Tanta segurança de Raphael veio do fato de que, no ano passado, presidiu, a convite do então ministro Flavio Peixoto, uma comissão do Ministério do Desenvolvimento Urbano que estudou a reformulação do BNH. Nem o ministro Deni Schwartz, surpreendido pela decisão do governo a favor da extinção do BNH se perturbou em sua exposição: discorreu em torno de uma fervorosa defesa da extinção do BNH.

Com a mesma segurança, o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, expôs a dramática situação da siderurgia nacional, inclusive a angustiante falta de dinheiro na Siderbrás, sem referir-se em nenhum momento à insistência com o seu colega do Planejamento, João Sayad, tenta tutelar as finanças das empresas ligadas ao MIC.

Aliás, a fala de José Hugo, antigo amigo e colaborador de Tancredo Neves, que o trouxe para Brasília quando se elegeu presidente, chamou a atenção do ministro Brossard, um atento observador do vernáculo e da postura dos outros. "Olhas os erros do Tancredo...", pediu Brossard a atenção do almirante Sabóia para a pronúncia da letra r de José Hugo, semelhante à de Tancredo. "Não convivi com o doutor Tancredo", lamentou o almirante, mas sem retirar a atenção aos erros do colega.

19 DEZ 1986

CORREIO BRASILENSE